



## Plenário aprova concessão de proventos integrais a servidores aposentados por invalidez permanente

Também foram aprovadas duas medidas provisórias: uma muda as regras de incidência de contribuições sobre o café não torrado e cria incentivos à abertura de salas de cinema; outra prevê regime tributário especial para a indústria de defesa

Página 3

### EDUCAÇÃO | 5

Divergências entre deputados adiam envio ao Senado de projeto que estabelece direito de crianças e adolescentes serem educados sem uso de castigos físicos

### COMEMORAÇÃO | 7

Eventos pelo Dia da Mulher incluem sessão solene, exposição e homenagem à luta pelo direito ao voto feminino no Brasil



### TRÂNSITO | 8

## Parlamentares querem aumentar punição para quem dirigir embriagado

# Deputados querem que bombeiros e PMs do Rio saiam de Bangu 1

BETO OLIVEIRA

Marcello Larcher

Após uma reunião ontem entre deputados da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e mulheres de bombeiros presos no Rio de Janeiro por envolvimento na greve decretada na semana passada, o governo do estado se comprometeu a ouvir os familiares e resolver a situação dos militares. Segundo o deputado Dr. Carlos Alberto (PMN-RJ), que foi subsecretário no Rio até 2010, as famílias devem procurar os comandos da Polícia Militar e dos Bombeiros, para que as corporações possam resolver os problemas.

O parlamentar conversou com o secretário de Estado do governo do Rio, Wilson Carlos Carvalho, que se comprometeu a buscar soluções. "O governador Sergio Cabral está sensível à questão, e tenho certeza de que saberá ouvir as famílias", disse o secretário.

Depois de uma semana no presídio de segurança máxima Bangu 1, ontem foi o primeiro dia em que os presos puderam receber visitas de familiares. Sete mulheres de bombeiros e policiais militares vieram ao Congresso, abrindo mão do encontro com os maridos. "Em momento algum houve depredação, o movimento é pacífico e ordeiro, mas eles tiveram suas cabeças raspadas, não puderam receber visitas, e estão sendo tratados como ratos", disse Cristiane Daciolo, esposa do cabo Benevenuto Daciolo, um dos líderes do movimento, que foi preso antes da greve ser deflagrada, sob a acusação de incitar colegas de outros estados.

**Recurso ao STF** - A prisão dos militares foi considerada ilegal por diversos parlamentares. O deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP) prometeu apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) um pedido de habeas corpus para libertar os presos. Protógenes disse estar em contato com o defensor público responsável pelo caso e, se o Judiciário fluminense não concordar com a liberação,



Uma comissão de deputados poderá ser formada para avaliar a situação dos bombeiros presos, informou Mendonça Prado (ao microfone)

a questão deverá ser levada ao STF.

O presidente da Comissão de Segurança, deputado Mendonça Prado (DEM-SE), afirmou esperar que o governo do Rio de Janeiro ouça os apelos dos parlamentares, mas, se isso não ocorrer, uma comissão da Câmara terá que ser enviada ao estado para avaliar as condições em que os presos são mantidos. "Primeiro, eles deveriam estar em uma prisão provisória e, se foi uma decisão administrativa, deveriam estar em uma instalação militar, que é o local adequado para isso, e não num presídio de segurança máxima", avaliou Prado.

Até o momento, pelo menos nove bombeiros e 17 policiais militares estão detidos em Bangu. Eles reivindicam a implementação do piso salarial de R\$ 3,5 mil para as duas categorias.

**PEC 300** - Para o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), os militares que reivindicam melhores salários não podem ser apontados como os responsáveis pela situação. "É a não votação da PEC 300 que tem começado esses movimentos", disse, referindo-se à proposta que

regula um piso salarial nacional para as categorias.

Faria de Sá criticou a escuta que foi feita de sua conversa telefônica com Benevenuto Daciolo sobre as possibilidades de votação, antes do Carnaval, da PEC 300. Segundo lembrou o parlamentar, só o Supremo pode autorizar a escuta

telefônica de um deputado federal, o que não teria acontecido.

O presidente da Comissão de Segurança Pública vai solicitar providências sobre o caso à Mesa Diretora da Câmara e ao STF. O presidente Marco Maia pediu que a Procuradoria da Câmara analise o caso.

## agenda

QUARTA-FEIRA  
15 de fevereiro de 2012

### Política de defesa

A Frente Parlamentar de Defesa Nacional promove o II Seminário Estratégia Nacional de Defesa: Política Industrial e Tecnológica. São convidados, entre outros, os ministros da Fazenda, Celso Amorim; e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antônio Raupp; o presidente da Câmara, Marco Maia, e o presidente da frente parlamentar, deputado Carlos Zarattini (PT-SP). Auditório Nereu Ramos, 9h às 12h45

### Evangélicos

A Frente Parlamentar Evangélica reúne-se com o ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, para discutir a posição oficial do governo em relação aos evangélicos. Plenário 15, 10h

### Altos Estudos

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica, presidido pelo deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), reúne-se para discutir temas em andamento, como "Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas"; "Fontes Renováveis de Energia"; e "Inovação Tecnológica, Propriedade Intelectual e Patentes". Sala de Reuniões da Mesa Diretora, 14h

### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente

**Rose de Freitas (PMDB-ES)**

2ª Vice-Presidente

**Eduardo da Fonte (PP-PE)**

1º Secretário

**Eduardo Gomes (PSDB-TO)**

2º Secretário

**Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**

3º Secretário

**Inocêncio Oliveira (PR-PE)**

4º Secretário

**Júlio Delgado (PSB-MG)**

Suplentes

**Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)**

Ouvidor Parlamentar

**Miguel Corrêa (PT-MG)**

Procurador Parlamentar

**Nelson Marquezelli (PTB-SP)**

Diretor-Geral

**Rogério Ventura**

Secretário-Geral da Mesa

**Sérgio Sampaio de Almeida**

### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

### Jornal da Câmara

Diretora

**Simone Ravazzoli**

Editora-chefe

**Rosalva Nunes**

Editores

**Maria Clarice Dias**

**Ralph Machado**

Diagramadores

**Guilherme Rangel Barros**

**Roselene Guedes**

**Henrique Eduardo Araújo**

Ilustrador

**Renato Palet**

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

# Câmara aprova provento integral para servidores aposentados por invalidez

J. BATISTA

Eduardo Piovesan

O Plenário aprovou ontem, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 270/08, que concede proventos integrais aos servidores públicos aposentados por invalidez permanente. A medida vale para os que tenham ingressado no serviço público até 31 de dezembro de 2003, data de publicação da Emenda Constitucional 41, a última reforma da Previdência. A matéria será votada ainda pelo Senado.

De autoria da deputada Andreia Zito (PSDB-RJ), a PEC foi aprovada por 428 votos a 3 e 1 abstenção. Segundo a deputada, a votação em segundo turno prova a autonomia da Câmara, pois não foi vinculada à votação de nenhuma outra matéria. “A vitória é dos aposentados por invalidez”, afirmou. Ela também agradeceu aos deputados envolvidos na discussão pela aprovação da PEC.

De acordo com o texto, o servidor que entrou no setor público até 2003 e

já se aposentou ou venha a se aposentar por invalidez permanente terá direito a proventos calculados com base na remuneração do cargo em que se der a aposentadoria, sem uso da média das maiores contribuições, como prevê a Lei 10.887/04, que disciplinou o tema.

Essas aposentadorias também terão garantida a paridade de reajuste com os cargos da ativa, regra estendida às pensões derivadas desses proventos. Segundo o relator na comissão especial, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), “a Casa faz um Carnaval positivo com a votação desse segundo turno”. Ele lembrou que o texto corrige uma das distorções da reforma previdenciária.

**Retroatividade** - A reforma da Previdência em 2003 instituiu a aposentadoria por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável listada em lei.



Mudança na aposentadoria dos servidores públicos altera reforma feita em 2003

No substitutivo que Faria de Sá apresentou à comissão especial, estava prevista retroatividade a 2003, mas o texto aprovado retirou essa regra nas negociações com o governo.

A PEC estipula um prazo de 180 dias

para o Executivo revisar as aposentadorias e pensões concedidas a partir de 1º de janeiro de 2004. Os efeitos financeiros dessa revisão vão valer a partir da data de promulgação da futura emenda constitucional.

## Incentivo tributário a cinemas também é aprovado

A Medida Provisória 545/11, que muda as regras de incidência de contribuições (PIS/Pasep e Cofins) sobre o café não torrado e cria um regime especial de tributação para estimular a abertura de salas de cinema, também foi aprovada ontem, na forma de um projeto de lei de conversão. O texto segue para o Senado.

Uma das mudanças na MP feitas pelo relator, Júnior Coimbra (PMDB-TO), foi a reabertura de prazos para a liquidação com desconto de dívidas rurais contraídas com recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE). O prazo, que tinha acabado em 2011, passa a ser 29 de março de 2013. O texto também suspende as execuções judiciais das dívidas que não foram pagas depois do prazo antes extinto.

Coimbra também autoriza a individualização de operações de crédito rural do Pronaf por um período adicional de cinco anos (contratos feitos entre 2006 e 2011), além de aumentar o montante de custos do processo de individualização que poderão ser incluídos no novo financiamento.

**Cinema** - A MP concede incentivos tributários, por meio de um regime especial, com o objetivo de ampliar a rede de exibição cinematográfica nas cidades de médio porte e na perife-

ria dos grandes municípios. Máquinas e equipamentos usados pelo setor terão direito à suspensão de tributos, assim como materiais para a construção das salas.

O prazo para usar o benefício será de cinco anos. Depois de concluída a instalação da sala ou a modernização, o local não poderá ser usado para outra finalidade também por cinco anos.

O Plenário aprovou dois destaques da oposição e incorporou emendas dos deputados Rubens Bueno (PPS-PR) e Mara Gabrilli (PSDB-SP). A de Bueno determina a exibição prioritária de produção nacional nas salas de exibição atendidas pelo programa Cinema Perto de Você.

Já a emenda de Gabrilli prevê que, na construção de salas desse programa, seja observada a acessibilidade nos projetos arquitetônicos.

**Mudanças** - O relator também incluiu no texto autorização para o governo aplicar recursos do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) em projetos associados à Copa de 2014 e às Olimpíadas de 2016, como de infraestrutura de transportes e empreendimentos hoteleiros. O dispositivo não conta com o aval do governo e, se não houver mudança no Senado, a presidente Dilma Rousseff deverá vetá-lo, disse o líder do PT, Jilmar Tatto (SP).

Outra mudança feita pela MP na legislação tributária é o aumento do período de recolhimento do Imposto sobre Opera-

ções Financeiras (IOF) incidente sobre operações com derivativos cambiais, que passa para mensal. (EP)

## Partidos criticam uso de FGTS na Copa

Carol Siqueira

Deputados protestaram contra a inclusão, na MP 545/11, de dispositivo que permite o uso de recursos do FGTS para obras da Copa e para as atividades de exploração do pré-sal. A norma permite o uso do FGTS para obras de infraestrutura aeroportuária, de transporte, mobilidade e de empreendimentos hoteleiros nas cidades-sede, excepcionalmente, e caso as obras sejam necessárias para a realização dos eventos.

Essa hipótese para uso do FGTS havia sido autorizada durante a votação da MP 540/11, mas foi vetada pela presidente Dilma Rousseff. Ao justificar o veto, em dezembro do ano passado, a presidente disse que os empreendimentos relacionados à Copa e às Olimpíadas já dispõem de linhas de crédito, além dos investimentos essenciais à realização dos eventos.

O dispositivo vetado era mais amplo do que o aprovado ontem, já que permitia o uso do FGTS até mesmo em empreendimentos comerciais. Mesmo assim, deputados criticaram a medida.

DEM, PSDB, PPS, PV, Psol e PDT recomendaram a rejeição da proposta, mas foram derrotados. “Estamos pasmos. Apenas o PDT se uniu à oposição para defender o FGTS, patrimônio do trabalhador”, criticou o líder da Minoria, Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP).

O relator da MP, Júnior Coimbra, disse que incluiu o dispositivo no texto porque as empresas não têm conseguido se beneficiar das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. “A burocracia do BNDES tem dificultado”, explicou.

Coimbra afirmou que o uso do FGTS é empréstimo, e não doação, e ressaltou que o texto aprovado ontem não é o mesmo que foi vetado pela presidente em dezembro. “Essa mudança foi incluída pelo relator, mas o Executivo não concorda com ela”, disse o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP).

# MP que cria regime tributário especial para a indústria de defesa vai ao Senado

Eduardo Piovesan

Os deputados aprovaram ontem a Medida Provisória 544/11, que cria um regime tributário especial para a indústria de defesa nacional (Retid) e institui normas específicas para a licitação de produtos e sistemas de defesa. A matéria, aprovada na forma de um projeto de lei de conversão, será analisada ainda pelo Senado.

O Retid suspende a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre peças, componentes, equipamentos, sistemas, insumos, matérias-primas e serviços usados pelas empresas estratégicas de defesa (EED) credenciadas pelo Ministério da Defesa. As EED também serão beneficiadas.

Para contar com o tributo menor, os fornecedores de bens e serviços terão de provar que, pelo menos, 70% de suas receitas de vendas sejam para as EED, para outras empresas definidas em decreto do Executivo, para exportação ou para o Ministério da Defesa.

Uma das mudanças feitas pelo relator, deputado Carlinhos Almeida (PT-SP), é a possibilidade de o edital e o contrato conterem percentual mínimo de agregação de conteúdo nacional nos produtos e serviços licitados. "O Brasil ganha um instrumento para proteger a indústria de defesa nacional", afirmou Almeida.

**Crescimento estratégico** - Segundo o governo, a MP tem como objetivos incentivar as indústrias do setor



Medida aprovada suspende cobrança de impostos sobre a fabricação de equipamentos de defesa; na foto, manifestação na Esplanada, em 2007, contra o uso de bombas cluster

a desenvolver produtos e serviços, a ganhar escala com o estímulo para exportação, e garantir vínculos entre as necessidades das Forças Armadas e os desenvolvimentos de produtos dessas empresas.

A MP 544/11 permite a realização de licitações destinadas exclusivamente às EEDs quando envolver fornecimento ou desenvolvimento de produtos estratégicos de defesa. A licitação também poderá ser restrita à compra de produtos de defesa ou sistemas produzidos no Brasil ou de outros que utilizem insumos nacionais ou tenham inovação desenvolvida no País. Para produ-

tos estratégicos ou sistemas de defesa, os editais e contratos deverão conter regras de continuidade produtiva e de transferência de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

**Tecnologia aeroespacial** - Outra mudança feita pelo relator foi na Lei 12.249/10, que cria o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero). Segundo a mudança, a partir de 1º de janeiro de 2013 o regime beneficiará também a indústria aeroespacial. O relator explicou que não só o setor espacial, estratégico para o País, será beneficiado, mas também o meio ambiente e a prevenção de desastres naturais.

## Incentivo à munição "cluster" gera polêmica

O fato de a MP 544 conceder incentivos fiscais à fabricação de munição "cluster" causou polêmica em Plenário. Esse tipo de bomba é composta de submunições. Assim, quando detonada, a cluster espalha dezenas ou centenas de projéteis sobre áreas extensas.

O uso dessa munição é condenado por organizações internacionais, já que algumas delas não explodem no impacto e representam uma ameaça à população local. Por isso, o líder do PPS, deputado Rubens Bueno (PR), quis incluir no texto a garantia de que essa bomba não teria benefício, mas foi derrotado pelo Plenário.

"Há no mundo uma campanha para eliminar a bomba cluster e, nesse contexto, é inaceitável que ela receba incentivo fiscal e produzam ainda mais", disse. Bueno teve apoio do líder do Psol, Chico Alencar (RJ) e do deputado Miro Teixeira (PDT-RJ). "Vamos votar pelo acordo internacional, impedindo o incentivo à fabricação dessa bomba no país", disse Teixeira.

Por outro lado, o relator da proposta, deputado Carlinhos Almeida, disse que a emenda de Bueno não iria causar impacto no comércio dessa munição. "A proposta queria proibir que a indústria brasileira que produza essa munição seja beneficiada, mas a munição continuará sendo usada, mas para adquirir será preciso importar", explicou. Segundo ele, o ideal é investir em desenvolvimento tecnológico para impedir que essa bomba exploda depois do impacto. **(Carol Siqueira)**

## Votação de previdência complementar do servidor fica para o próximo dia 28

Carol Siqueira e Janary Júnior

Os líderes partidários chegaram a um acordo ontem para a votação do projeto que cria o fundo de previdência complementar do servidor público (Funpresp - PL 1992/07) nos dias 28 e 29 de fevereiro. Esse calendário de votações havia sido proposto pelo PSDB na semana passada, mas o governo ainda negociou para tentar analisar o texto antes do carnaval.

O impasse entre partidos, no entanto, inviabilizou a votação do projeto. "Foi uma semana perdida por intransigência do governo", disse o líder do PSDB, deputado Bruno

Araújo (PE), referindo-se à semana passada, em que a sessão foi encerrada sem votação por causa do impasse. Já o líder do governo, deputado Cândido Vaccarezza (PT-SP), disse que a decisão de adiar a votação da matéria foi do presidente da Câmara, Marco Maia. O líder afirmou que concordou com o adiamento porque o governo poderia enfrentar problemas de quórum ao tentar analisar o texto nesta semana.

**Orçamento** - Na segunda-feira (13), a Comissão Mista de Orçamento recebeu o projeto do Executivo (PLN 1/12) que abre um crédito especial de R\$ 100 milhões para viabilizar os três fundos de pensão que vão ser criados para o funcionalismo público da União (Funpresp-Exe, Fun-

presp-Leg e Funpresp-Jud).

Os recursos, oriundos da reserva de contingência do Orçamento em vigor, vão ser direcionados aos Poderes em uma categoria específica criada pelo PLN 1/12, a título de adiantamento da contribuição da União. Esse aporte inicial é necessário para que os fundos não entrem em operação sem uma fonte de custeio das despesas iniciais, até que comecem a receber as contribuições dos servidores.

O fundo do Executivo vai ficar com a maior parte (R\$ 50 milhões), e o restante será dividido igualmente entre os fundos do Legislativo e do Judiciário. O envio do projeto era essencial para garantir a adequação financeira e orçamentária

do PL 1992/07, exigida pelas normas orçamentárias.

**Divisão** - O PL 1992/07 previa, inicialmente, que seriam necessários R\$ 50 milhões para viabilizar o funcionamento do Funpresp, um fundo de pensão único dos Três Poderes e do Ministério Público da União (MPU). Posteriormente, o relator do projeto na Comissão de Seguridade Social e Família, deputado Rogério Carvalho (PT-SE), decidiu dividir a previdência complementar dos servidores federais em três fundos, com a anuência dos Poderes. O governo fez os cálculos e considerou necessário dobrar a previsão de aporte inicial.

# Seis recursos retardam tramitação de projeto que proíbe castigos corporais

Verônica Lima

O envio do projeto de lei que proíbe o uso de castigos corporais em crianças e adolescentes (PL 7672/10) para o Senado foi adiado em função de divergências na Câmara. O projeto, que estabelece o direito à educação sem o uso de castigos físicos, foi aprovado pela comissão especial criada para analisá-lo e poderia seguir diretamente para o Senado. Mas seis recursos apresentados por deputados pedem a votação também pelo Plenário da Câmara.

Para o deputado Augusto Coutinho (DEM-PE), autor de um dos recursos, a interferência do Estado na educação familiar é um equívoco. “Para qualquer tipo de abuso existe enquadramento legal de agressão, que será adequadamente imposto ao agressor. Não há necessidade de interferência na forma de a família educar seu filho. Palmada é uma coisa salutar, em alguns momentos. Eu levei algumas e tenho certeza de que foram importantes na minha vida, para minha formação e para o meu respeito à família e ao próximo”, disse.

**Mudança cultural** - A presidente da comissão especial que analisou o projeto, deputada Erika Kokay (PT-DF), ressalta que a proposta não criminaliza



O projeto que proíbe o uso de castigos corporais foi aprovado na comissão especial em dezembro do ano passado

a palmada nem busca interferir na educação que pais dão a seus filhos. Segundo ela, o projeto busca uma mudança de cultura, na percepção de que a violência é uma forma legítima de resolução de conflitos.

A deputada Teresa Surita (PMDB-RR), que foi relatora do projeto na comissão especial, diz que vai lutar para fazer prevalecer esse entendimento. “Essa dificuldade que nós estamos encontrando dentro do Congresso é um reflexo do que acontece no País inteiro, inclusive da falta de informação que existe sobre esse assunto. Eu espero que a gente consiga vencer todas as etapas e, se for para Plenário, vamos lutar, debater o máximo e

fazer com que as pessoas compreendam que o que queremos oferecer é o melhor a nossas crianças e adolescentes”.

**Conselho tutelar** - Pelo substitutivo aprovado em dezembro do ano passado, os casos de suspeita de castigo físico, tratamento cruel ou degradante e os de maus-tratos devem ser comunicados ao conselho tutelar. Os profissionais de saúde, professores ou qualquer pessoa que exerça cargo público serão responsáveis pela informação. A omissão resultará em multa de 3 a 20 salários mínimos e, em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

O substitutivo prevê ainda que pais que maltrataram os filhos sejam encami-

nhados a programa oficial de proteção à família e a cursos de orientação, tratamento psicológico ou psiquiátrico, além de receberem advertência. A criança que sofrer o castigo físico deverá ser encaminhada a tratamento especializado.

Os outros deputados que recorreram contra o envio da proposta direto ao Senado são Jair Bolsonaro (PP-RJ), Marcos Rogério (PDT-RO), Sandes Júnior (PP-GO), José Otávio Germano (PP-RS) e Paulo Freire (PR-SP). O Plenário da Câmara deverá agora votar os recursos apresentados. Se eles forem aprovados, o Plenário votará o projeto. Do contrário, a proposta seguirá para o Senado.

## NOTAS

### Lei Geral da Copa

A comissão especial sobre a Lei Geral das Copas de 2014 e das Confederações cancelou a reunião que faria ontem para discutir e tentar votar o parecer do relator, deputado Vicente Candido (PT-SP), ao Projeto de Lei 2330/11. Na semana passada, o presidente da comissão, deputado Renan Filho (PMDB-AL), confirmou notícia de que o texto do relatório não irá propor a liberação de bebidas alcoólicas nos estádios brasileiros fora do período da Copa. A sugestão de liberação da venda de bebidas nos estádios além do período dos jogos chegou a ser confirmada poucos dias antes pelo relator Vicente Candido. A mudança foi decidida em reunião com a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvati, o relator e um representante da Casa Civil. Atualmente, o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/03) já proíbe a venda, nos estádios, de bebidas que possam estimular atos de violência. Não está prevista a data da próxima reunião da comissão.

### Brasiguaios I

Foi cancelada a audiência pública da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), marcada para amanhã, em razão de o ministro de Relações Exteriores, Antônio Patriota, não poder comparecer. A comissão também considerou que não haveria quórum para realizar o evento. A reunião, que trataria da situação dos produtores agrícolas brasileiros que vivem no Paraguai (os brasiguaios), ainda não tem outra data marcada para ocorrer. Na semana passada, o presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB-GO), pediu a intervenção do governo brasileiro para solucionar o problema.

### Brasiguaios II

O deputado Alfredo Kaefer (PSDB-PR) apresentou ontem requerimento para criação de comissão externa com objetivo de acompanhar, monitorar, fiscalizar e tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo governo daquele país para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados carpeiros e brasiguaios.

### Diploma provisório

O Projeto de Lei 2995/11, do deputado licenciado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), obriga as instituições de ensino superior públicas ou privadas a fornecer ao aluno uma declaração provisória gratuita imediatamente após a conclusão do curso universitário. Essa declaração teria validade até a emissão do diploma definitivo e poderia ser utilizada para comprovação de escolaridade em concursos e empresas. O deputado lembra que a emissão do diploma definitivo, em geral, leva meses, prejudicando o ingresso de recém-formados no mercado de trabalho. Hoje, a legislação não estabelece prazo para entrega do diploma por instituições de ensino superior. O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Educação e Cultura; e Constituição e Justiça e de Cidadania.



### Livros didáticos

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 3016/11, do deputado Edivaldo Holanda Junior (PTC-MA), que obriga o governo a adquirir material didático confeccionado com matéria-prima reciclada para distribuição aos programas nacionais do Livro Didático e do Livro Didático para o Ensino Médio. Esses programas contemplam os alunos de escolas públicas. A proposta estabelece prazo gradativo para aquisição do material em quatro anos. Segundo o autor do projeto, a medida contribuirá para diminuir os efeitos da produção de lixo e sinalizar para a sociedade a importância da reciclagem. A proposta tem caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## Lourival Mendes pede a criação de ministério para segurança

O deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA) defendeu em Plenário a criação de um ministério para a segurança pública. Ao lembrar que existem atualmente 38 ministérios, ele disse que não sabe os motivos pelos quais ainda não foi criado o ministério da segurança, na medida em que violência assola todo o País.

“A vida e a liberdade são os direitos mais importantes dos cidadãos. Cabe ao Estado assegurá-los, de acordo com a Constituição”, afirmou o parlamentar, observando que hoje a segurança pública é tratada como política de governo, quando deveria ser tratada como política de Estado, com a participação das administrações estaduais e municipais.

Mendes ressaltou que atualmente o País vive em situação de “quase pleno emprego”, mas os índices de violência não param de subir.

Conforme destacou o parlamentar, a segurança pública foi apontada como o maior problema do Brasil por 23% das pessoas entrevistadas em pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

O deputado destacou que, no ano passado, cerca de 50 mil pessoas foram assassinadas no País. “Essa situação não pode perdurar. Nos últimos 30 anos as vítimas chegam a mais de 1 milhão”, afirmou. Para Lourival Mendes, essas mortes são um “verdadeiro extermínio”, principalmente quando se observa que muitas capitais não no Brasil não chegam a ter 1 milhão de



## Gilmar Machado faz homenagem aos 32 anos de fundação do PT

O deputado Gilmar Machado (PT-MG) prestou homenagem ao Partido dos Trabalhadores, que completou 32 anos no dia 10, salientando que o partido vem crescendo e lutando para que os brasileiros tenham um País mais justo.

“É uma honra fazer parte deste partido. Tive a oportunidade de ajudar a fundá-lo na minha cidade, Uberlândia”, afirmou.

Machado ressaltou que o Brasil vive uma fase “extraordinária”, apesar da crise internacional. “Temos problemas, mas estamos enfrentando.”

Ao elogiar a atuação do PT no Executivo federal, o parlamentar disse que, em vez de cortar salários e aposentadorias para enfrentar a crise, o governo promoveu política de valorização dos ganhos dos trabalhadores.

O País avança no sentido da inclusão social, afirmou o deputado. Com política de distribuição de renda, a partir do bolsa família, o País vive nova realidade, disse.

Machado destacou ainda programas, como o Fundeb, que promove a inclusão de crianças nas escolas, e também a interiorização do ensino superior. “Os jovens não precisam deixar sua cidade. Têm a oportunidade de permanecer nela ajudando o seu desenvolvimento”, disse.

O deputado citou ainda como grande avanço o programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, diferentemente de outros programas de habitação, o Minha Casa, Minha Vida oferece conjuntos habitacionais asfaltados e escola.

### Ponte de Laguna

Edinho Bez (PMDB-SC) manifestou preocupação com possíveis alterações na construção da ponte de Laguna, na BR-101, em Santa Catarina. Na avaliação do deputado, a ação constitui uma desconsideração por parte do governo federal com o cidadão catarinense, uma vez que as obras já foram licitadas há 12 anos e até o momento não foram concluídas. Edinho Bez disse ainda que conta com a compreensão do governo federal para a continuidade do projeto, mantido o edital.

### Hospitais particulares

Ao criticar a atitude de hospitais particulares de Brasília de cobrar cheque-caução aos pacientes que não possuem planos de saúde, José Airton (PT-CE) afirmou que o Congresso precisa apresentar mudanças na legislação para coibir esse tipo de cobrança. Na avaliação do deputado, a garantia de pagamento antecipado para atendimento nos hospitais é indevida e fere os direitos humanos. José Airton também criticou o atendimento prestado ao filho do ex-deputado federal Flávio Dino, “que acabou morrendo pela demora na medicação”.



### Violência nas escolas

Junji Abe (PSD-SP) apresentou projeto que prevê aumento das penas para crimes cometidos contra professores e funcionários dentro de estabelecimentos escolares e em suas adjacências. O objetivo, segundo o deputado, é defender a integridade física desses profissionais contra crimes como homicídios, lesões corporais, ameaças e constrangimentos. Na avaliação de Junji Abe, algo precisa ser feito para coibir a crescente onda de violência nas escolas de todo o Brasil.

### Luz em Rondônia

Carlos Magno (PP-RO) criticou o descaso da distribuição de energia elétrica em Rondônia. Ele disse que os apagões são frequentes, principalmente no município de Ouro Preto do Oeste, que “fica várias horas do dia sem energia”. O deputado questionou o “despreparo” da Eletrobrás Rondônia, que, segundo ele, atende mal os consumidores. Carlos disse estar preocupado com a falta de investimentos no setor e com as perdas dos comerciantes e produtores locais.



### Governo do Acre

Marcio Bittar (PSDB-AC) discorreu sobre manifesto no qual avalia a atuação do PT em 16 anos de governo no Acre. Na opinião do parlamentar, o que se pode observar é “uma oligarquia que se sustenta na máquina governamental, aprofundando os desequilíbrios do estado”. Para Marcio Bittar, o grande desafio é oferecer uma alternativa política que induza o crescimento e busque o reconhecimento da democracia. O deputado afirmou que o governo do Acre precisa garantir políticas públicas sem interrupção e liberdade para que cada eleitor vote sem temer ameaças.

### Lei Maria da Penha

Severino Ninho (PSB-PE) parabenizou o Supremo Tribunal Federal por confirmar a constitucionalidade da Lei Maria da Penha. O parlamentar explicou que, a partir de agora, a abertura de ação criminal contra o agressor não depende de denúncia da vítima. Essa decisão, disse, vai facilitar a investigação dos casos de violência doméstica. Para Severino Ninho, agora é dever do Estado mediar os conflitos e aplicar as leis quando forem necessárias.

### Segurança pública

Alberto Mourão (PSDB-SP) chamou a atenção para as condições da segurança pública no País, comparando o número de mortes ocorridas em 50 anos em guerras por todo o mundo e o total verificado no Brasil nos últimos 20 anos. “Nas guerras morreram 1,9 milhão de pessoas; no Brasil foram 1 milhão e 90 vítimas de homicídios e 900 mil pessoas mortas em acidentes.” Para o deputado, isso ocorre porque o Congresso não chama para si a discussão sobre a segurança pública, “indo a reboque da pauta do governo e não em busca das demandas da sociedade”.

# Participação feminina na política será tema do Dia Internacional da Mulher

Noéli Nobre

As comemorações do Dia Internacional da Mulher (8 de março) terão como principal tema neste ano a participação feminina na política brasileira. Com o lema “80 anos da Conquista do Voto Feminino – Mulher no Poder”, a campanha lembrará a história do voto feminino, autorizado nacionalmente em 1932, e discutirá as conquistas políticas das brasileiras de lá para cá, além dos desafios futuros.

As comemorações serão marcadas por uma sessão solene do Congresso no dia 6 de março, às 9h30, e por um seminário sobre o assunto, no mesmo dia. Para a sessão solene serão convidadas ministras de Estado e a corregedora nacional de Justiça, Eliana Calmon.

“É preciso marcarmos o direito da mulher de votar e avançarmos na discussão com a sociedade. Não teremos uma democracia real enquanto houver apenas 8,7% de mulheres na política”, afirmou a deputada Erika Kokay (PT-DF), uma das integrantes da comissão que foi criada para organizar os festejos na Câmara.

No dia 7 de março, está prevista a assinatura de um acordo de cooperação entre a Casa e o Banco Mundial. A Procuradoria da Mulher da Câmara foi premiada com a doação de 300 mil dólares (cerca de R\$ 515 mil) do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Banco Mundial para executar projetos na área de gêneros.

**Comissão geral** - As deputadas pretendem ainda realizar uma comissão geral para discutir com ministros propostas da pauta feminina, como aposentadoria para donas de casa ou temas das áreas de saúde, educação e violência contra a mulher. “Vamos apresentar ao presidente Marco Maia uma relação de proposições importantes que tramitam na Câmara, como o PL 6653/09, que trata da equidade entre homens e mulheres no mercado



O comitê organizador das comemorações do Dia da Mulher pretende homenagear o voto feminino no Brasil e também realizar uma comissão geral para discutir projetos de interesse da bancada; no detalhe, passeata de mulheres pelo direito ao voto, em 1917, liderada por Leolinda Daltro, fundadora do Partido Republicano Feminino

## Confira a programação já confirmada para o evento

### 6 de março – terça-feira

- ✓ Sessão solene do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, 9h30, sobre o tema “Voto Feminino no Brasil”. Plenário a definir, 10h
- ✓ Seminário:
  - Tema I – “Lançamento do Relatório de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial no Brasil”
  - Tema II – “80 anos do voto feminino e as mulheres na reforma política”. Auditório Nereu Ramos, das 14h às 16h
- ✓ Abertura da exposição: “80 anos do voto feminino”. Galeria do corredor do Plenário

### 7 de março – quarta-feira

- ✓ Assinatura do Acordo de Cooperação do Fundo de Desenvolvimento Institucional entre a Câmara/ Procuradoria da Mulher e o Banco Mundial. Salão Nobre da Câmara, 10h

e trabalho”, informou a deputada Dalva Figueiredo (PT-AP).

Também participam da comissão or-

ganizadora as deputadas Romanna Remor (PMDB-SC), Keiko Ota (PSB-SP), Rosinha da Adefal (PTdoB-AL), Rosane

Ferreira (PV-PR), Carmen Zanotto (PPS-SC) e Janete Rocha Pietá (PT-SP), coordenadora da bancada feminina.

## DIREITOS HUMANOS

### CPMI sobre violência vai definir roteiro de trabalho

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), instalada com o objetivo de apurar denúncias de omissão do poder público quanto à aplicação de instrumentos legais criados para a proteção das mulheres, marcou a primeira reunião para a terça-feira após o Carnaval, 28 de fevereiro, às 15 horas, na sala 2 da ala Nilo Coelho do Senado.

Durante o encontro, a relatora, senadora Ana Rita (PT-ES), vai apresentar seu roteiro de trabalho. A comissão vai analisar requerimentos e discutir assuntos administrativos. Na reunião também será eleita a vice-presidente da CPMI. A presidente é a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG).

**Decisão do STF** - Integrantes da

CPMI participaram, na semana passada, do julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Lei Maria da Penha (11.340/06). Os parlamentares consideraram um marco a decisão do STF de que, nos casos de violência doméstica, o agressor deve ser processado mesmo sem a denúncia da companheira. Na quinta-feira (9), o

Supremo entendeu que o Ministério Público pode entrar com a ação penal independentemente do consentimento da vítima.

A CPMI, que será formado por 12 senadores e 12 deputados, terá 180 dias para terminar dos trabalhos. Ao final, será sugerida a adoção de políticas públicas relacionadas ao assunto.

# Deputados debatem aumento de punição para motoristas que dirigem alcoolizados

Murilo Souza

O debate em torno de punições mais duras para quem dirige sob o efeito de álcool deve retornar à Câmara nas próximas semanas. Um dos pontos mais polêmicos, previsto no Projeto de Lei 2788/11, do Senado, é o que criminaliza o ato de dirigir sob a influência de qualquer concentração de álcool no sangue.

Atualmente, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB – Lei 9.503/97), só comete crime de trânsito – sujeito a pena de detenção de 6 meses a 3 anos – o motorista que, ao ser submetido ao etilômetro (bafômetro), apresenta concentrações iguais ou superiores a 0,3 miligrama de álcool por litro de ar expelido, o equivalente a 0,6 grama de álcool por litro de sangue.

O presidente da Frente Parlamentar em Defesa do Trânsito Seguro, deputado Hugo Leal (PSC-RJ), defende que neste primeiro momento apenas o aumento das sanções administrativas seja colocado em pauta. “Vamos propor uma separação das propostas e aquelas que tratam de questões penais deverão ser analisadas em um segundo momento.”

**Mudanças** - De acordo com Leal, a ideia é propor nos próximos dias a criação de uma comissão especial mista (com deputados e senadores) para sugerir mudanças na parte de sanções administrativas do código.

Entre as possíveis modificações, o deputado destaca o aumento do valor da multa e do tempo de suspensão do direito de dirigir, além da ampliação do conjunto de provas a serem usadas para atestar o



Projeto torna crime dirigir após beber qualquer quantidade de álcool; na foto, blitz em Brasília

estado de embriaguez do motorista.

Relator do PL 2788/11 na Comissão de Viação e Transportes, o deputado Edinho Araújo (PMDB-SP) é contrário à ideia de separar a parte penal. “Precisamos de punições que sirvam de lição às pessoas, que tenham um sentido pedagógico capaz

de mudar os costumes e a cultura dos motoristas”, afirma.

Ele considera essencial alterar a Lei Seca (Lei 11.705/08) para garantir que o condutor alcoolizado seja responsabilizado mesmo quando se recusa a passar pelo teste do bafômetro.

**Pesos diferentes** - Para o presidente da ONG Instituto Brasileiro de Segurança no Trânsito (IST) David Duarte Lima, o limite de tolerância adotado no Brasil (0,6 grama por litro) já é suficiente para uma punição justa nos casos de embriaguez extrema.

“Não se deve beber e dirigir, mas também não concordo com a ideia de colocar na cadeia o motorista que beber duas latas de cerveja ou umas taças de vinho durante o jantar”, pondera.

De acordo com o CTB, concentrações entre 0,10 e

0,29 miligrama de álcool por litro de ar expelido dos pulmões são consideradas apenas infrações, sujeitando o condutor à multa de R\$ 957,70 e à suspensão do direito de dirigir por 12 meses.

Lima é favorável, no entanto, ao uso de outras formas de comprovação do estado de embriaguez do motorista. “Em muitos países desenvolvidos, os agentes de trânsito são treinados para identificar possíveis sinais de embriaguez”, ressalta.

**Provas** - Pela legislação atual, o agente de trânsito só pode usar outras provas admitidas no Direito, como as testemunhais, para aplicar multa e suspender o direito de dirigir. No entanto, muitos motoristas flagrados dessa forma questionam na Justiça a legitimidade das provas.

“Hoje é comum o motorista se negar a fazer o teste do bafômetro para depois contestar o estado de embriaguez na Justiça”, afirma o especialista em educação no trânsito José Nivaldino Rodrigues.

Para ele, a ampliação do conjunto de provas, incluindo as testemunhais, imagens e vídeos, entre outras, seria um avanço significativo na aplicação dos rigores da lei. No último dia 8, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) começou a julgar se a polícia pode usar outros métodos, além do bafômetro, para aferir a embriaguez do motorista.

Rodrigues observa ainda que, após dois anos, a falta de fiscalização fez a Lei Seca perder um pouco da efetividade no controle de acidentes envolvendo motoristas embriagados. Segundo ele, isso se deve em parte ao fato de a lei ter saído do foco de atenção da mídia, o que teria feito as autoridades também diminuírem o nível de controle.



Hugo Leal



Edinho Araújo

## Fiscalização deficiente e falta de educação prejudicam

Um estudo da Organização Mundial da Saúde (OMS), que resultou na publicação do “Manual de Segurança de Trânsito para Profissionais de Trânsito e de Saúde”, atestou que as alterações provocadas pelo álcool no organismo são um fator de risco para o aumento de acidentes.

O manual cita, por exemplo, que a propensão a acidentes aumenta de maneira significativa a partir de uma concentração de 0,4 grama por litro

(g/l) de álcool no sangue. Ao se alcançar 1 g/l, segundo o estudo, o risco de acidente em relação à alcoolemia zero é cerca de 5 vezes maior, podendo ser 140 vezes maior caso a concentração passe de 2,4 g/l de álcool no sangue.

Segundo o presidente da ONG Instituto Brasileiro de Segurança no Trânsito (IST), David Duarte Lima, os limites de concentração de álcool foram adotados por uma série de países exatamente para diferenciar o motorista que bebe

duas latinhas de cerveja daquele que está bêbado. Lima observa que de nada adianta existir uma lei com tolerância zero se a fiscalização e os níveis de educação e de conscientização continuarem deficientes.

“O motorista não pode ser considerado como criminoso por apresentar qualquer nível de concentração de álcool no sangue”, afirma Lima, lembrando que somente no Distrito Federal entre 150 mil e 200 mil pessoas costumam consumir

algum tipo de bebida alcoólica nos fins de semana.

Ele defende a necessidade de campanhas mais explicativas sobre os reais efeitos do álcool no organismo, além de punições mais brandas, como a prestação de serviços comunitários, para os motoristas flagrados com concentrações de álcool no sangue entendidas como fora do fator de risco. (MS)